

**PARECER JURÍDICO Nº009/2015**

Itaúna do Sul/PR 15 de junho de 2015

**PARECER JURÍDICO REFERENTE AO ANTE PROJETO DE LEI Nº  
010/2015**

Senhor Presidente,

Trata-se de projeto de lei de autoria do Chefe do Poder Executivo, que visa a abertura de crédito adicional especial no orçamento do Município de Itaúna do Sul/PR para o exercício de 2015.

É o relatório, passo ao parecer estritamente jurídico.

**I PARECER**

A lei orçamentária anual, quando da sua aprovação, contem créditos orçamentários, também denominados créditos iniciais, os quais estarão distribuídos nos programas de trabalho que compõem o Orçamento Geral do Município. Ocorre que muitas vezes a Lei Orçamentária Anual, também denominada Lei de Meios, não prevê a realização de determinados dispêndios ou não dispõe de recursos suficientes para atendê-los no exato momento em que deveriam ser efetuados.

Para solucionar ambos os casos, adota-se o mecanismo de créditos adicionais. São eles autorizações de despesas não computadas ou



insuficientemente dotadas na lei de orçamento. Em outras palavras, os créditos adicionais são instrumentos de ajustes orçamentários, sendo “fundamental para oferecer flexibilidade e permitir a operacionalidade de qualquer sistema orçamentário” e que visam a atender as seguintes situações: corrigir falhas da LOA; mudança de rumos das políticas públicas; variações de preço de mercado de bens e serviços a serem adquiridos pelo governo; e situações emergenciais imprevistas.

De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos adicionais classificam-se em:

- “suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;”
- “especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;”
- “extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.”.

O crédito especial ocorre quando não há previsão de dotação para a realização de determinada despesa. Este instrumento viabiliza a criação de novo item de despesa, sendo autorizado por lei específica e aberto por decreto do Poder Executivo.

Ademais a proposta em análise encontra-se em conformidade com as normas estabelecidas pela Constituição Federal (art. 167,V) e pela Lei Federal nº 4.320/64.

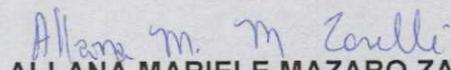
Um dos requisitos legais para a abertura de Crédito Adicional Especial é a existência de dotação orçamentária no orçamento vigente que sustente as despesas decorrentes da abertura do crédito adicional, estando esse requisito preenchido no artigo 2º do Anteprojeto de Lei.

Ante o exposto, entendo que o projeto encontra-se revestido da condição de legalidade e constitucionalidade, pois obedece aos ditames da

Constituição da República, estando igualmente adequado à Lei de Responsabilidade Fiscal no que tange às regras de finanças públicas.

### III CONCLUSÃO

Venho por meio desta pelos fundamentos já elencados neste Parecer Jurídico opinar pela constitucionalidade e legalidade da tramitação, sendo um parecer técnico, de cunho estritamente jurídico.



ALLANA MARIELE MAZARO ZARELLI

Advogada do Legislativo

OAB/PR 65.689



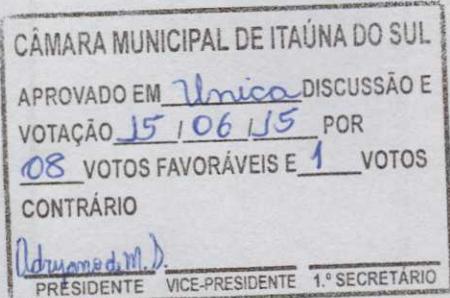
# PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883 CEP 87980-000 FONE 3436-1659

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ



## PROJETO DE LEI N° 010/2015

**SÚMULA:** Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município de Itaúna do Sul, para o exercício de 2014, por Superávit Financeiro de Recursos Vinculados do exercício de 2015.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL APROVOU, E EU, ADRYANO DE MAZZI SOTTORIVA, PRESIDENTE DO LEGISLATIVO, PROMULGO O SEGUINTE:

Artigo 1º -) Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2015, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 283.455,49 (Duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos) nas seguintes dotações:

**07000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**07001:- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**07001:1030100241.049 – Construção de UBS Nova**

**FONTE: 500 – Invest. na Rede de Serv. de Saúde – Port. 203-GM, de 2007**

**400000:- DESPESAS DE CAPITAL**

**440000:- INVESTIMENTOS**

**449000:- APLICAÇÕES DIRETAS**

449051:- Obras e Instalações ..... R\$- 283.455,49

**TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR..... R\$- 283.455,49**

Artigo 2º -) Para fazer face ao crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o Superávit Financeiro de Recursos Vinculados do exercício de 2014 no valor de R\$ 283.455,49 (Duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), proveniente das seguintes fontes:

**FONTE: 500 – Invest. na Rede de Serv. de Saúde – Port. 203-GM, de 2007..... R\$- 283.455,49**

Artigo 3º -) Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul,  
Estado do Paraná, aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e  
quinze (02/06/2015).

*Adryano de Mazzi Sottoriva*  
**ADRYANO DE MAZZI SOTTORIVA**  
**Presidente**